

Zimbra

compras_cpl@pra.ufpb.br

Re: Solicitação de esclarecimento - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024

De : Comissao Permanente de Licitacao - PRA
<compras_cpl@pra.ufpb.br>

seg., 12 de ago. de 2024 12:34

Assunto : Re: Solicitação de esclarecimento - PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 03/2024

Para : Lenilson Tenorio de Souza
<licitacoes@pjrefeicoes.com.br>

As imagens externas não são exibidas. [Exibir as imagens abaixo](#)

Boa tarde!

Seguem respostas ao pedido de esclarecimento enviado por licitante:

1. Quanto à exigência de Projeto Arquitetônico, a Equipe de Planejamento respondeu:

"Em resposta ao pedido de esclarecimento da PJ Refeições Coletivas, referente ao item 8.36 do Termo de Referência, que estabelece a FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO, esclarecemos o seguinte:

Após análise, informamos que a exigência de apresentação do "Projeto arquitetônico do Restaurante Universitário com memorial descritivo das soluções adotadas ao processo produtivo, de modo a atender os requisitos da Vigilância Sanitária" será requerida apenas no ato da assinatura do contrato, pela licitante vencedora do certame.

Essa decisão está em conformidade com a Súmula 272 do Tribunal de Contas da União (TCU), que veda a inclusão de exigências de habilitação que impliquem custos desnecessários antes da celebração do contrato, preservando assim a competitividade do processo licitatório. A exigência em questão demanda conhecimento técnico, custo e prazo para a elaboração do projeto, fatores que, se antecipados para a fase de habilitação, poderiam restringir indevidamente a participação de possíveis licitantes, comprometendo o caráter competitivo da licitação."

2. Quanto às informações sobre responsáveis pela elaboração de Termo de Referência informo que através de consulta pública ao processo eletrônico que embasa a contratação é possível ter acesso aos documentos, nomes dos responsáveis por sua elaboração e assinaturas dos mesmos. O número do processo e o link para consulta estão disponíveis na página do referido pregão no site da Pró-reitoria de Administração e segue: <https://sipac.ufpb.br/public/jsp/portal.jsf>

Espero ter sanado as dúvidas e coloco-me à disposição para futuros esclarecimentos, se for o caso.

Atenciosamente,
Bárbara Moreira
Pregoeira da CPL/UFPB

De: "Lenilson Tenorio de Souza" <licitacoes@pjrefeicoes.com.br>

Para: "Comissao Permanente de Licitacao, PRA" <compras_cpl@pra.ufpb.br>

Enviadas: Sexta-feira, 9 de agosto de 2024 15:36:46

Assunto: Solicitação de esclarecimento - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024

Boa tarde,

Conforme a permissão contida no item 13.2 do Edital, venho solicitar os seguintes esclarecimentos:

o item [8.36.do](#) Termo de Referência, que estabelece a FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO exige apresentação de **"Projeto arquitetônico do Restaurante Universitário com memorial descritivo das soluções adotadas ao processo produtivo, de modo a atender os requisitos da Vigilância Sanitária"**

Tal exigência é para os licitantes em fase de habilitação ou para a empresa contratada?

Caso seja para as empresas licitantes para a fase de habilitação, que tal exigência seja retirada do rol de documentos habilitatórios e que seja exigido após assinatura do contrato, uma vez que demanda custo, conhecimento técnico e prazo para tal confecção de projeto o que restringe demasiadamente a competitividade, conforme Súmula 272 do TCU, em consonância Resolução CFN nº 466/10:

"No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato"

Outro ponto importante a ser destacado pela empresa solicitante, é que estamos requerendo a divulgação de quem elaborou o instrumento convocatório, uma vez que o Edital divulgado é omissivo em relação a essa exigência legal, em respeito ao princípio da publicidade e legalidade.

Tanto a Lei nº 8666/93 como a Lei nº 14.133/21 preveem expressamente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou vinculação ao edital (respectivamente art. 3º e art. 5º).

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou edital preceitua que (i) a Administração Pública deve consolidar as regras de regência do processo da contratação pública em um único documento denominado edital da licitação ou instrumento convocatório; e (ii) ao editar esta regra, estará imediatamente submetida a ela, devendo assegurar o seu integral cumprimento pelos licitantes e contratados, que a ela também devem respeito.

A norma contida no art. 25 da Lei nº 14.133/21 reforça a tese de que o instrumento convocatório tem natureza jurídica de ato administrativo normativo, composto por regras: "o edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento".

Quem criou as regras do Edital do Pregão Eletrônico nº /2024?

A Lei nº 14.133/2021 não definiu um agente público específico para elaboração e assinatura do instrumento convocatório, porém, traz o caminho para que cheguemos ao agente responsável. Isto é, o artigo 7º, §1º alerta que a autoridade máxima do órgão ou entidade deve observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

Com essas considerações aguardamos as respostas aos pedidos de esclarecimento acima dispostos.

Atenciosamente,

--